

AUSTIN/AGOSTINI: PRIVATIZAÇÃO PÓS-REFORMA DA PREVIDÊNCIA MITIGA RISCO FISCAL E REDUZ DESÁGIO

Por Simone Cavalcanti - 21/08/2019 17:21:40 - AE NEWS

São Paulo, 21/8/2019 - O anúncio das privatizações de empresas estatais federais vir neste momento, com a Reforma da Previdência praticamente aprovada pelo Congresso, pode fazer com que o deságio no processo de venda ou concessão aos agentes privados seja bem menor, uma vez que há mitigação do risco fiscal. A avaliação é do **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**, para quem o processo de redução do tamanho do Estado aliado à MP da Liberdade Econômica, deve ajudar a elevar o nível de confiança, um dos propulsores da economia, no médio prazo.

No Brasil, historicamente, as estatais são vistas como cabide de empregos com foco político e ambientes onde prolifera corrupção. "Quando se transfere para o setor privado, a expectativa é a de que esses fatores sejam anulados", argumenta.

Quando há menos interferência do governo, diz Agostini, existe mais segurança e melhora da competitividade do País, o que atrai investidores para vários outros setores. Uma empresa de metalurgia que tem intenção de entrar no Brasil, por exemplo, teme que as regras para o fornecimento de energia mudem a qualquer momento e isso é um impeditivo.

Outro ponto é que o governo federal ganha ao reduzir a necessidade de custeio e investimento daquela estatal, principalmente daquelas que são deficitárias.

Além disso, a melhora de gestão, por si, atrai investidores em diversas áreas da economia. O serviço de logística e transporte dos Correios, se modernizado, ampliará a capacidade de empresas que trabalham com e-commerce. "Por falta de orçamento público e, ao ser deficitário, os Correios hoje não conseguem fazer frente à concorrência e suprir com eficiência essa necessidade."

Agências reguladoras

Agostini ressalta que, neste contexto de entrega do Estado para o setor privado, é muito importante que o governo fortaleça as agências reguladoras. "As agências têm de ser colocadas em primeiro plano, sendo fortalecidas e com quadro extremamente profissional", afirma. Segundo ele, isso deve ocorrer porque são elas que vão exigir das empresas concessionárias ou privatizadas as regras adequadas de compliance e respeito ambiental, por exemplo.

Contato: simone.cavalcanti@estadao.com